RECURSOS: **serão repassados Recursos Orçamentários do CONCEDENTE para o EXECUTANTE, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por meio de destaque orçamentário, oriundos da funcional programática PTRES: 796784, fonte 0656, naturezas de despesa: 33.90.30; 33.90.39; 44.90.30 – R\$ 40.000,00.**

VIGÊNCIA: **O presente Termo de Cooperação entrará em vigor na data da sua assinatura e terá vigência de 08(oito) meses a partir dessa data, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.**

ASSINATURA: 14/06/2017

FISCALIZAÇÃO: **PELO CONCEDENTE: KLEBER FARIAS PEROTES, engenheiro agrônomo, assessor do IDEFLOR-BIO; PELO EXECUTANTE: CELSO IRAN PUGET BOTELHO, extensionista rural I da EMATER/PA.**

THIAGO VALENTE NOVAES

IDEFLOR-BIO

CONCEDENTE

PAULO AMAZONAS PEDROSO

EMATER/PA

EXECUTANTE

Protocolo: 192115

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº. 531 DE 16 DE JUNHO 2017

Prazo para aplicação (em dias) 60 (sessenta) dias

Prazo para prestação de contas (em dias) 15 (quinze) dias

Servidor – matrícula – Cargo:

57222811 - Yasmin Alves dos Santos - Técnico em Gestão Ambiental

PTRES: 798365

Fonte: 0316004409

Elemento: 339036R\$2.200,00 (Dois Mil e Duzentos Reais)

Ação: 225784

Ordenador: Thiago Valente Novaes

Protocolo: 192231

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 532 DE 16 DE JUNHO DE 2017

Objetivo: Produção de mudas nos viveiros e realizar a montagem do viveiro institucional do município de Garrafão do Norte

Fundamento Legal: conforme o processo nº. 2017/256927 e o Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994

Origem: Belém-Pa

Destino: São Miguel do Guamá, Irituia e Garrafão do Norte – Pa

Período: 19 a 23/06/2017 - 4,5 (quatro e meia) diárias

Servidor:

5533980 - Kleber Farias Perotes – Assessor

ORDENADOR:THIAGO VALENTE NOVAES

Protocolo: 192227

OUTRAS MATÉRIAS

CONSELHO GESTOR DA APA DA ILHA DO COMBU RESOLUÇÃO 01/2017

O Presidente do Conselho da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, no uso de suas atribuições, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pela Lei 9.985/2000, RESOLVE:

Art. 1º. Fica promulgado o Regimento Interno do Conselho da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, aprovado por sua Assembléia Geral em reunião ordinária ocorrida em 03 de maio de 2017, nos termos do anexo único.

Julio César Meyer Junior

Presidente do Conselho da APA da Ilha do Combu.

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU

CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º. O Conselho da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, criado pela portaria/SEMA nº 1.945, de 14 de Outubro de 2008, é órgão de apoio à gestão ambiental da respectiva Unidade de Conservação da Natureza, dotado de caráter deliberativo, composto por membros representantes da Administração Pública e da Sociedade Civil, e tem como fundamentos:

I – a conservação dos recursos ambientais;

II – a educação ambiental;

III – a gestão participativa dos recursos ambientais.

Art. 2º. A sede executiva do Conselho será a sede do Ideflor-bio, localizada no município de Belém. Todavia, a critério do presidente, poderá qualquer instituição membro que disponha da infra-estrutura necessária sediar suas reuniões.

Art. 3º. Os objetivos do Conselho Deliberativo da APA da Ilha do Combu, resguardados os preceitos da legislação específica, são:

I – dar apoio à gestão ambiental da Unidade;

II – garantir a gestão e o planejamento integrados e participativos da APA da Ilha do Combu, de forma propositiva, envolvendo os diversos grupos da sociedade civil organizada e do poder público;

III - contribuir para o aperfeiçoamento da gestão participativa das demais Unidades de Conservação, no que couber, nos níveis federal, estadual e municipal;

IV - contribuir para a definição e implantação de uma política pública ambiental que possa garantir o desenvolvimento da sociedade e a conservação dos recursos naturais, valorizando a diversidade cultural; e

V – consolidar a educação ambiental perante a população residente, do entorno e usuária da Unidade de Conservação;

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO Seção I Disposições Gerais

Art. 4º.O Conselho da APA da Ilha do Combu observará o seguinte:

I – composição sempre que possível paritária entre membros do Poder Público e da sociedade civil;

II – eletividade dos conselheiros da sociedade civil, através de suas entidades.

- 1º. A alteração no número de membros poderá ser realizada mediante ato do Ideflor-bio após ouvido o referido Conselho, garantindo-se o direito ao cumprimento integral do mandato.
- 2º. A representação do Poder Público deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia, povos indígenas, povos tradicionais e assentamentos agrícolas.
- 3º. A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, o setor produtivo, a comunidade científica, organizações não governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, comunidade tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Art. 5º. São órgãos do Conselho:

I – Presidência;

II – Assembléia Geral;

III – Secretaria;

IV - Comissões;

Seção II Da Presidência

Art. 6º. O Presidente do Conselho será o gerente da APA do Combu que, em sua ausência ou impedimento, será substituído pelo vice-presidente, em todo o caso, indicado pelo Órgão Gestor da Unidade de Conservação.

Art. 7º. Compete à Presidência do Conselho:

- I - convocar e presidir a Assembléia Geral, em reunião ordinária e extraordinária;
- II - acionar as Comissões;
- III - assinar documentos e representar o Conselho perante a sociedade civil e órgãos do poder público;
- IV - cumprir e fazer cumprir as normas deste Regimento;
- V – resolver questões de ordem nas assembleias gerais;
- VI - estabelecer a ordem do dia, bem como, determinar as execuções das deliberações do plenário através da secretaria administrativa;
- VII - credenciar, a partir de solicitação ou anuência dos membros do Conselho, pessoas ou entidades públicas ou privadas, a participar de cada reunião, com direito à voz e sem direito a voto;
- VIII - tomar medidas de caráter urgente, submetendo-as à homologação em reunião extraordinária da Assembléia Geral, convocada imediatamente à ocorrência do fato;
- IX - na ausência do Secretário Administrativo e de seu suplente nas reuniões do Conselho, indicar entre os conselheiros presentes um substituto;
- X - exercer o voto simples e o de qualidade;
- XI – promover, a partir das deliberações da Assembléia Geral e juntamente com os representantes do Conselho, a articulação com os diversos segmentos públicos e não públicos locais e regionais.
- XII – homologar e destituir os conselheiros;
- XIII - designar, nomear, renovar, substituir e destituir os membros do conselho;
- XIV – homologar as comissões;
- XV - nomear o secretário administrativo;
- XVI - nomear, em caráter temporário os técnicos auxiliares;
- XVII - assinar as resoluções do conselho;
- XVIII - delegar competências;
- XIX - decidir as questões de ordem.

Seção III Da Assembléia Geral

Art. 8º. A Assembléia Geral é órgão máximo constituído por todos os conselheiros empossados, a presidência e a secretaria, e se reunirá validamente com a presença de, no mínimo, metade de seus membros.

Art. 9º. Compete à Assembléia Geral:

I - assessorar o presidente e o órgão gestor da unidade nas matérias de interesse do conselho;

II - apoiar, propor, orientar e acompanhar o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligadas à APA da Ilha do Combu de forma a harmonizar e compatibilizar suas ações;

III - propor critérios e procedimentos técnico-científicos para direcionar ações de proteção ambiental e de desenvolvimento econômico, social, cultural e científico, de forma sustentável, na APA da Ilha do Combu;

IV – consultar e convidar técnicos especializados nas áreas de educação, turismo, saúde, pesquisa, extensão, fomento, segurança, jurídica e outras para assessorá-lo, quando necessário;

V - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto relevante na APA da Ilha do Combu;

VI - ratificar a contratação e nos dispositivos do termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público/OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII - contribuir para a divulgação de ações promissoras desenvolvidas na APA, que possam servir de subsídios para futuras ações;

IX - acompanhar a elaboração, implementação e a revisão do Plano de Manejo;

X - zelar pelo cumprimento do Plano de Manejo da APA da Ilha do Combu;

XI - apreciar e aprovar o Plano de Atividades do Conselho do ano subsequente;

XII - aprovar e alterar, quando necessário, o Regimento Interno;

XIII – criar e dissolver as Comissões, aprovando a proposta que contenham sua competência, composição e o prazo de duração;

IXX - decidir os casos omissos no âmbito da competência do conselho;

XX - outras atribuições previstas neste Regimento.

Parágrafo único: Em todas as decisões do Conselho da APA da Ilha do Combu deverão ser observadas as normas e leis relacionadas com as Áreas de Proteção Ambiental e Políticas de Meio Ambiente vigentes, inclusive as específicas da APA da Ilha do Combu estabelecidas em seu Plano de Manejo.

Seção IV

Da Secretaria do Conselho

Art. 10º. Compete à Secretaria assegurar a assessoria e o apoio técnico e administrativo necessários à preparação e à execução de sua gestão administrativa, das atividades da Assembléia Geral, da Presidência, dos Conselheiros e das Comissões, nos termos previstos neste Regimento.

Parágrafo único. A Secretaria será dirigida pelo Secretário do Conselho, servidor público do Órgão Gestor da Unidade, designado pela Presidência do Conselho.

Art. 11º. Compete, ainda, à Secretaria do Conselho:

I - lavrar as Atas das reuniões da Assembléia Geral e distribuí-las a posteriori;

II -redigir correspondências, relatórios, comunicados e demais documentos necessários, mediante aprovação do Presidente do Conselho;

III - receber todas as correspondências e documentos endereçados ao Conselho e encaminhá-los ao Presidente do Conselho, para as providências necessárias;

IV - manter atualizado e organizado o arquivo de documentos e correspondências do Conselho;

V - divulgar à sociedade informações acerca das decisões e ações do Conselho, após apreciação da Presidência;

VI -adotar as medidas necessárias ao funcionamento do Conselho e dar encaminhamento às deliberações do plenário;

VII - dar publicidade às decisões do Conselho Gestor, com prazo determinado em ata;

VIII - executar outras tarefas correlatas, determinadas pelo presidente ou previstas no regimento interno.

Seção V

Das Comissões

Art. 12º. As comissões são órgãos compostos exclusivamente por conselheiros e poderão ter qualquer finalidade desde que consoante com os objetivos do Conselho, podendo elaborar relatórios, realizar diligências, acompanhar a realização do planejamento da Unidade, acompanhar a realização de pesquisa de recursos naturais, acompanhar a instalação e execução de empreendimentos e elaborar parecer de sua alçada.

Parágrafo único. As comissões serão formadas por ato do presidente, após anuência ou deliberação da assembleia geral.

Art. 13º. Competirá, ainda, às Comissões:

I - discutir e votar as proposições sujeitas à deliberação que lhes forem distribuídas;

II - realizar audiências públicas com órgãos públicos, entidades da sociedade civil ou especialistas;

III - receber requerimentos e sugestões de qualquer pessoa sobre tema em estudo ou debate em seu âmbito de atuação;

IV - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo propor, no âmbito das atribuições para as quais foram criadas, a realização de conferência, exposições, palestras ou seminários;